



Opinião Econômica

Marcos de Vasconcellos

Jornalista, assessor de
investimentos e fundador do
Monitor do Mercado



Faxina dos Fidcs sobra para investidores

Gestoras veem risco para operações legítimas e brechas para fraudes após medida do CMN

Quem fica até o fim da festa acaba ajudando na faxina, mesmo que os responsáveis pelos copos quebrados já tenham ido embora. Nos últimos dias, investidores começaram a receber uma conta invisível (e indireta) da bagunça de Daniel Vercaro e seus comparsas, para além dos CDBs (Certificados de Depósito Bancário) do Banco Master.

Em maio, quando se descorrinou a relação entre Flávio Bolsonaro e o banqueiro do Master, escrevi sobre os pontos cegos dos fundos de investimento. Um deles apareceu como intermediário dos repasses de mais de R\$ 60 milhões de Vercaro para o filme “Dark Horse”, sobre Jair Bolsonaro.

E as operações do Master via

fundos, principalmente com a gestora Reag, acenderam alertas para os Fidcs. Esses fundos compram direitos creditórios, que vão de recebíveis de maquininhas de pagamento a precatórios e processos judiciais.

Funciona assim: a possibilidade de receber uma indenização pode ser comprada e vendida. Se você prefere algum dinheiro agora a esperar o resultado na Justiça, há fundos que compram seu possível direito. O desconto depende, a princípio, do risco de perder a ação e do tempo até o pagamento.

Não à toa, as investigações sobre Vercaro lançaram suspeitas sobre sua atuação para influenciar magistrados em disputas de usinas contra a União,

cujos direitos o Master havia comprado.

Para além da corrupção, outro problema que ficou claro é a avaliação dos ativos. Quem diz quanto vale uma indenização antes da condenação? Apurações da CVM (Comissão de Valores Mobiliários) já apontaram indícios de precatórios superavaliados, cedidos em duplicidade e sem lastro.

Assim, cria-se uma fábrica de dinheiro: o fundo diz que os ativos valem X e vende suas cotas no mercado. Ainda que não valham, a grana já circulou.

Em meio à sujeira exposta, autoridades começaram a faxina. Em 24 de setembro, o CMN (Conselho Monetário Nacional) endureceu as regras para Fidcs, os Fundos de Investimento em

Direitos Creditórios. A partir do dia 13 deste mês, Fidcs não poderão comprar mais créditos judiciais e arbitrais em andamento, sem a formação de precatórios. Os que já estão em estoque precisarão seguir novas regras de avaliação e transparência.

Para esse setor especificamente, foi uma bomba. São praticamente R\$ 35 bilhões nesses fundos. Para investidores com cotas desses Fidcs -restritos a investidores profissionais-, os valores podem desabar se revelarem um patrimônio inflado.

As novas exigências podem também elevar despesas. Não há aumento automático da taxa de administração, mas pode sobrar menos rendimento no fim das contas.

Em conversas com participantes desse mercado, ouvi que a proibição pode inviabilizar gestoras sérias, mas que seu impacto sobre os picaretas será apenas um estímulo à busca por outras estruturas. Já circulam propostas de simplesmente empacotar os créditos judiciais em empresas (as chamadas SPEs) controladas por fundos de participações, que não teriam o incentivo tributário dos Fidcs.

É preciso exigir avaliações verificáveis e punir fraudes. Mas, se a operação fraudulenta apenas mudar de veículo, o investidor poderá pagar mais para enxergar menos. E aqueles que deixaram os cacos de vidro pelo chão continuarão festejando em outro lugar.

Brasil teve R\$ 13,6 bilhões bloqueados por tentativas de fraude em compras no ano passado

/ PESQUISA

Cássio Fonseca
cassiof@jcrs.com.br

Uma pesquisa inédita da CDL Porto Alegre, denominada “Fraudes digitais: o impacto no consumidor”, divulgada nesta quinta-feira em parceria com a Equifax BoaVista, revela que cerca de R\$ 13,6 bilhões foram bloqueados em tentativas de fraude em compras no Brasil em 2025. Foram mais de 7 milhões de tentativas bloqueadas, além do crescimento de 54,36% do tíquete médio das transações bloqueadas, chegando a R\$ 1,8 mil.

O presidente da CDL POA, Carlos Klein, salienta, além do prejuízo notório ao consumidor, o dano que esses movimentos podem causar à reputação das empresas. “Quando as empresas investem em tecnologia e segurança de informação para evitar golpes elas estão conseguindo entregar confiança e credibilidade para os seus consumidores”, afirma.

Outro ponto importante é fechar as vendas. Klein frisa a importância de não perder negócios em um ambiente digital que está cada vez mais competitivo. Hoje, cerca de 15% das transações comerciais já são realizadas no ambiente digital.

O economista-chefe da CDL POA, Oscar Frank, reforça que o consumidor, apesar de ser vítima de fraudes de maneira ampla, vem se comportando melhor na prevenção online desde a ascensão dos golpes, em 2020, com a pandemia e a digitalização da economia. Porém, ele também alerta que, assim como as pessoas estão mais preparadas, os golpistas também estão.

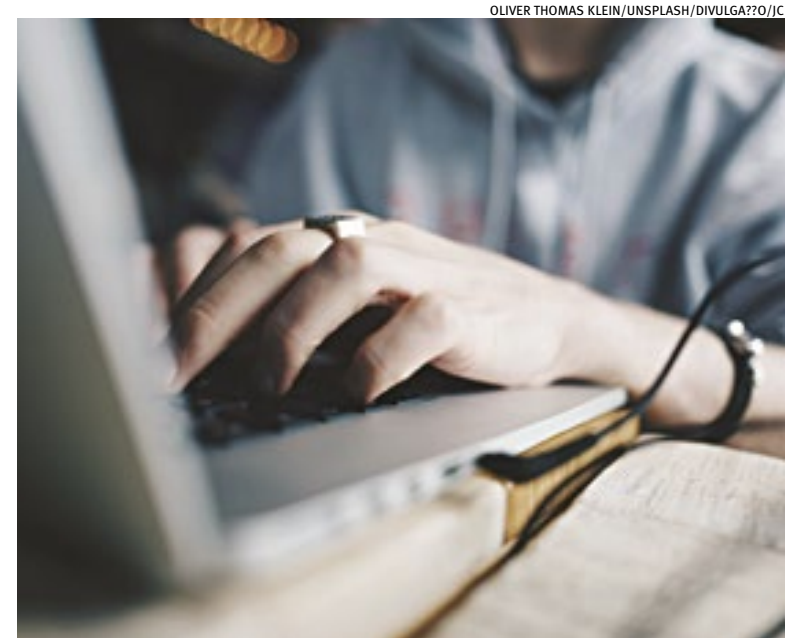
Sobre a pesquisa, ele explica que foram entrevistados 302 moradores de Porto Alegre e que 2/3 já caíram ou conhecem alguém que foi lesado pelas fraudes financeiras. O principal desafio é a variedade, por redes sociais, bancos, sites falsificados, além da clonagem do cartão de crédito.

O recorte mostra que as frau-

de bancárias ou de cartão de crédito lideram com 41,1%. Depois, golpes via WhatsApp/redes sociais têm 40,7% e os de compra online (produto não entregue ou falso) somam 35,8% – golpes via Pix, fraude de identidade e pirâmide financeira fecham a lista. A questão é de múltipla escolha e por isso a soma passa de 100%.

Além disso, 70% das pessoas relatam que, quando recebem algo suspeito, bloqueiam ou ignoram. Por outro lado, uma parcela de aproximadamente 10% se diz mais vulnerável, interagindo com alguma desconfiância ou sem nenhuma suspeita com as falsificações.

O tema também ganha força com a iminência da Black Friday, que possui uma característica digital desde o seu lançamento. Depois, Frank também reforça as festas de final de ano: “O Natal pela própria movimentação de dinheiro. É a principal data comemorativa do varejo e existe um fluxo de circulação e movimentação de recursos que é mui-



Foram mais de 7 milhões de tentativas de golpes bloqueadas

to acentuado”.

Ainda sobre as escolhas do consumidor, a pesquisa questiona qual medida única ele escolheria para combater as fraudes. O resultado foi parelho, evidenciando, como diz Frank, que “não há apenas uma bola de prata”.

A divisão tem 28,5% pedindo por mais tecnologia de segurança nos bancos e no comércio eletrônico; 28,2% por mais punição aos criminosos; 22,8% por mais fiscalização do governo e 20,5% por mais educação/conscientização da população.

OLIVER THOMAS KLEIN/UNSPASH/DIVULGA??O/JC